



*Projeto  
Novos  
Escritores*

**INCLUSÃO  
RESPONSABILIDADE  
DE TODOS**

**EDUCAÇÃO  
DIREITO  
DE TODOS**



**SINDIGRAF**

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS  
**GRÁFICAS**  
DO DISTRITO FEDERAL

Filiado à Federação das Indústrias  
do Distrito Federal - FIBRA



# Projeto Novos Escritores

## I - Apresentação

É de pequeno que se aprende a gostar de ler. A máxima é antiga, todos conhecem. O hábito pela leitura começa cedo e tem que ser incentivado e estimulado. Somente assim teremos uma sociedade culta e rica em conhecimento.

O Projeto Novos Escritores, idealizado pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal (Sindigraf-DF), tem como objetivo estabelecer uma parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, visando fomentar a paixão não só pela leitura, mas também pela arte de se produzir livros.

O projeto consiste em publicar trabalhos de alunos da rede pública de ensino, escolhidos através de uma comissão formada por representantes do Sindigraf-DF, com anuência da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A ideia é editar livros produzidos pelas gráficas contendo histórias, desenhos, redações e poesias produzidas pelos alunos com o tema focado na valorização de Brasília, onde os alunos demonstrarão como eles veem a cidade.

Como prêmio, as escolas terão os impressos, os livros, que poderão ser doados ou vendidos. O valor arrecadado com a venda será revertido em benefícios para as escolas.

## II - Justificativa

Brasília é uma cidade atípica. Diferente de todos os outros estados da nação, a Capital Federal foi idealizada, em todos os aspectos, para ser um modelo de desenvolvimento para o país. Com a educação não foi diferente.

Ernesto Silva, médico, escritor, historiador, Diretor da NOVACAP na fase da construção e pioneiro de primeira hora, foi nomeado para ser o responsável pela educação em Brasília, nos primórdios da Nova Capital, lá pelos idos de 1957, até princípios de 1960, quando foi implantada a CASEB - Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília.

Nessa época, foi iniciada a história da educação em Brasília. Sob a coordenação da NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital, há exatos 50 anos, quando Anísio Teixeira, educador de vanguarda e principal mentor da educação do Distrito Federal, elaborou o documento básico (publicado no número 81, volume 35, jan/mar - 1961), da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, desenvolvida durante o período da construção da Capital do Brasil, onde foi lançado o modelo da Escola-classe.

Segundo Anísio Teixeira “O Plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do País.”

A primeira escola pública de Brasília, o GE - 1, Escola Classe Júlia Kubitschek, localizada no Núcleo Novacap/Candangolândia teve a sua inauguração histórica em 12 de setembro de 1957. A escola pioneira contava com 5 professores e 150 alunos e atendia aos filhos dos funcionários do citado núcleo e às crianças da Vila Operária (Candangolândia) e do Núcleo Bandeirante. Em setembro de 1958, surgiu a Escola Dr. Ernesto Silva, na Companhia Construtora Nacional, com 160 alunos, tendo anexo um jardim de infância.

Hoje, o conceito da Escola-classe ainda sobrevive. Oferecer ensino de qualidade aliado a atividades educacionais e pedagógicas, porém, é um privilégio que poucas unidades ainda oferecem.

Se queremos uma educação de qualidade para todos, precisamos de todos pela qualidade da educação.

Nos últimos anos, alguns avanços foram alcançados no Brasil na área de educação, como por exemplo, a universalização do ensino fundamental.

Os dados oficiais indicam diminuição nos índices de analfabetismo e aumento no número de pessoas que concluem os ensinos fundamental e médio.

Para ir além do que já foi conquistado com a universalização do ensino fundamental é preciso que todos se mobilizem: governos, educadores, funcionários, alunos, familiares e organizações da sociedade.

Somente com a mobilização de todos os setores da sociedade será possível assegurar um ensino público e gratuito, de qualidade e acessível para todos. É preciso reconhecer a importância de uma participação maior e mais efetiva da comunidade no cotidiano escolar.

A participação da comunidade na escola está prevista na Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente também estabelece que a educação deve ser incentivada e promovida com a colaboração da sociedade.

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996) traz um conceito ampliado de educação, entendendo que a gestão democrática é um método gerencial a ser perseguido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu parágrafo 1º, do artigo 1º diz: A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O estreitamento de laços entre escola e comunidade gera benefícios aos moradores e à própria comunidade escolar, além de restabelecer a relação de respeito e confiança com a escola e promover sua valorização junto à sociedade.

Entretanto, a lei, sozinha, não tem o poder de mudar a realidade. Mas, quando a lei reflete uma vontade da sociedade, sem dúvida, já se terá dado um passo rumo à concretização de um ideal comum. O artigo 1º da LDB reflete a vontade da sociedade de oferecer uma educação escolar capaz de preparar o estudante para a vida, inspirada em princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana.

A educação, direito de todos e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...). Constituição Federal de 1988.

Quando a escola consegue ultrapassar seus muros, torna-se um pólo cultural da comunidade em que está localizada. Há um ganho geral, pois a família passa a valorizar e reconhecer a instituição escolar e a estimular os estudos de seus filhos. O ambiente torna-se mais propício para a aprendizagem. Ao perceber que também tem como contribuir com a escola, a família passa a se reconhecer e a valorizar sua própria cultura.

O educador Celso Antunes ressalta que a interação escola-comunidade propicia a construção da comunidade educativa, que enriquece e complementa o papel da escola. Um dos eixos fundamentais identificados por ele baseia-se na compreensão de que o processo de aprendizagem não ocorre somente em sala de aula, mas sim em todos os lugares.

Para que as pessoas se mobilizem, não basta a comunicação. É preciso que elas compartilhem valores e visões de mundo semelhantes. O projeto é fruto da certeza de que é necessário mobilizar a sociedade para valorizar a escola pública, reconhecer os bons trabalhos que estão sendo realizados e estimular outras escolas a formularem seus próprios projetos.

### **III - Objetivos**

O Projeto tem como propósito contribuir com o fortalecimento da escola pública de educação básica por meio do trabalho voluntário e da ação solidária.

Ele tem como objetivo estimular a leitura, a construção de textos, a redação, a pesquisa e a valorização dos aspectos culturais do Distrito Federal.

Pretende-se, com ele, que os alunos pesquisem e produzam peças ressaltando a cultura local.

Os trabalhos produzidos pelos alunos serão supervisionados e revisados pelas professoras, que irão debater e corrigir os textos / trabalhos, até que o mesmo seja finalizado, resultando em um processo similar ao executado por grandes autores na produção de seus livros.

O projeto incentiva a participação de alunos, professores, diretores e funcionários no desenvolvimento de ações educacionais complementares, e nunca em substituição, às atividades curriculares/educação formal - e de cidadania em benefício dos alunos, da própria escola e seus profissionais, reforçando a interação entre as comunidades.

Serão destinados 1.000 livros para cada escola. Eles serão produzidos no formato 14 cm x 21 cm, com capa em papel Supremo 4/0 cor e miolo em papel AP 75g 1/1.

Obs.: Para tanto, cada aluno deverá escrever um texto com, no máximo, 2.000 caracteres.

### **IV - Desenvolvimento**

O Projeto valorizará as Escolas-Classe próximas às comunidades onde estão situadas as gráficas. Exemplo: as gráficas do Núcleo Bandeirante adotarão escolas da região e assim sucessivamente.

O passo seguinte é a escolha, pela própria Escola, da(s) turma(s) que produzirá(ão) os textos / trabalhos.

Os critérios para essa escolha serão definidos pela própria escola que poderá fazê-lo através de, por exemplo, grau de empenho, atividades extra-curriculares, notas, número de faltas, etc.

Em seguida, o material será encaminhada ao Sindigraf-DF, que fará a remessa à gráfica responsável pela Escola.

Cada gráfica poderá adotar uma ou mais escolas e o Sindigraf divulgará, na época adequada, a relação com as gráficas e escolas participantes do projeto.

Durante todos os processos produtivos dos livros - editoração, fotolitagem, impressão e acabamento -, os alunos terão a oportunidade de acompanhar a confecção do livro.

## **V - Cronograma**

O Projeto é atemporal, ou seja, não depende de uma específica para ser colocado em prática.

O Sindigraf-DF, porém, pretende que o projeto seja implantado começo do ano letivo de 2009.

O lançamento do Projeto, e a assinatura do convênio com GDF, através da Secretaria de Educação, e demais patrocinadores e colaboradores, poderá ser efetivado durante a Cerimônia de Entrega do X Prêmio de Excelência Gráfica Jorge Salim.

## **VI - Conclusão**

O projeto tem grande apelo social, o que acarretará em boa visibilidade gratuita nos veículos de comunicação.

A longo prazo, o projeto também trará benefícios. O gosto pela leitura fomentará o aumento do consumo de publicações e na produção gráfica.

Dessa forma, o Sindigraf-DF acredita que está colaborando, principalmente, para o enriquecimento da cultura no país e na conseqüente formação de cidadãos. A leitura educa, transforma o ser humano e diminui as desigualdades sociais. E esse é o cerne do projeto: oferecer oportunidades para aqueles que precisam.

Para dar seqüência a um projeto desse porte é preciso que cada empresa faça a sua parte prestando apoio e oferecendo sua colaboração na produção do material, podendo ficar responsáveis por um ou mais estabelecimentos de ensino.